

MOÇÕES DO 59º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

MOÇÃO DE REPÚDIO AO BLOQUEIO ECONÔMICO A CUBA (UJS)

Repudiamos a intensificação do bloqueio contra Cuba, mais um ataque imperialista que se soma a outros que têm prejudicado diretamente a vida do povo cubano há décadas. A inclusão de Cuba na lista de países terroristas, por acolher o importante processo de paz colombiano, é mais uma perseguição que se soma às várias sofridas pelo país. A criminalização do processo internacional da Colômbia gerou ainda mais sanções que vão impactar a vida de todos os cubanos. Toda solidariedade ao povo cubano, que resistiu a pandemia do COVID-19 com essas inúmeras dificuldades e mesmo assim foi o único da região a produzir 5 vacinas com sua própria tecnologia. Nos mobilizamos pelo fim imediato do bloqueio a Cuba!

MOÇÃO DE REPÚDIO A APROVAÇÃO DA IMUTABILIDADE DOS SÍMBOLOS GAÚCHOS (UJS)

O Rio Grande do Sul vivenciou na última semana mais um retrocesso que reforça as contradições racistas que a história do nosso estado carrega. A Assembleia Legislativa aprovou um projeto de emenda à constituição que prevê a imutabilidade dos símbolos do estado do Rio Grande do Sul. A proposta surge para coibir qualquer debate sobre, especialmente, o Hino Rio-grandense, que carrega em uma das suas estrofes: “povo que não tem virtude, acaba por ser escravo”. Esse trecho é um símbolo de como o racismo perpetua estrutural, histórica e subjetivamente.

A proposta faz com que o povo gaúcho não possa mudar essa parte racista ou qualquer outra do hino. Mais uma manobra da extrema direita que se organizou para votar o projeto, em acordo com a base governista, em grande acordo da branquitude contra os negros e negras gaúchos.

Nos posicionamos contra a imutabilidade do hino porque o povo gaúcho carrega em sua história a luta e a resistência dos negros, negras, indígenas e quilombolas que construíram o Rio Grande do Sul. Nosso estado que tem os lanceiros negros em sua história e que é berço de Oliveira Silveira e do Grupo Palmares jamais poderá servir de palanque do avanço da extrema direita e do reacionarismo. Não toleramos o racismo e somos contra qualquer símbolo que perpetue os anos de exploração do povo negro.

MOÇÃO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS CONTRA O APARTHEID ISRAELENSE E EM SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO (UJC E ESPERANÇAR)

Nós, estudantes reunidos no 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), expressamos total solidariedade ao povo palestino e sua incansável luta, condenando veementemente as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado Sionista de Israel. Repudiamos também as

instituições brasileiras que são cúmplices do regime de apartheid israelense e da limpeza étnica na Palestina.

Em 1948, teve início o que ficaria registrado na história como o genocídio do povo palestino, marco inicial da *Nakba*. Infelizmente, esse capítulo sombrio jamais chegou ao seu fim. Diariamente, os palestinos sofrem agressões, opressões, encarceramentos, torturas e assassinatos. Israel, enquanto Estado colonizador, atua como agente principal de um projeto de colonização, contando principalmente com o apoio dos Estados Unidos. Nesse contexto, a luta do povo palestino se entrelaça com a luta anti-imperialista pela liberdade dos povos e trabalhadores.

Após os trágicos eventos que sucederam a criação de Israel, o povo palestino foi confinado em um gueto. Nos dias de hoje, essa população vive em condições extremas de sobrevivência, com destaque para os mais de 2 milhões de palestinos que habitam Gaza, considerada a maior prisão a céu aberto da Idade Moderna. Diante dessa realidade, exigimos o cumprimento das resoluções da ONU que visam proteger os direitos do povo palestino, em especial a resolução 194, que há 75 anos tem sido completamente ignorada por Israel e diz respeito ao direito de retorno dos palestinos na diáspora.

No começo de julho de 2023, o Estado de Israel executou a ofensiva militar mais brutal em 20 anos nos territórios que ocupa ilegalmente na Cisjordânia. Os drones bombardeiros e o avanço com veículos blindados e escavadeiras sobre o campo de refugiados de Jenin deixaram uma terra arrasada. O saldo foi de 12 palestinos mortos (156 só este ano), incluindo cinco crianças, 140 feridos e cerca de 500 famílias que tiveram que fugir de suas casas.

É fundamental destacar a sistemática eliminação e expulsão da população histórica da Palestina de suas terras, com o intuito de permitir a ocupação por colonos israelenses. Nesse sentido, é imperativo que todos os movimentos sociais e políticos brasileiros ergam as bandeiras de defesa do direito de autodeterminação do povo palestino, do respeito aos direitos humanos básicos e do fim da ocupação israelense nos territórios palestinos. É essencial intensificar a luta pela criação de um Estado Palestino livre, com total respeito à sua autodeterminação, e pressionar pela condenação de Israel no Tribunal Penal Internacional por crimes de apartheid. Por fim, é preciso clamar ao mundo pelo fim da ocupação e pela libertação de todos os palestinos encarcerados nas prisões israelenses.

A UNE, como entidade máxima dos estudantes brasileiros, tem papel fundamental nessa batalha. É necessário que as entidades estudantis brasileiras, em conjunto com os diversos setores da classe trabalhadora, organizem uma ampla campanha nacional pelo fim da limpeza étnica e pela adesão ao movimento internacional por Boicote, Desinvestimento e Sanções ao Estado de Israel, promovendo, em todas as Instituições de Ensino Superior brasileiras a luta política em solidariedade ao povo palestino.

É necessário o reconhecimento de muitas instituições e universidades israelenses como cúmplices ao regime de apartheid israelense, marcadas por

décadas de ocupação e colonização da terra palestina, pela discriminação sistemática contra os cidadãos árabe-palestinos residentes em Israel e pela negação do direito inalienável dos refugiados palestinos a regressarem para suas casas.

Para isso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se soma à condenação internacional das ações do Estado de Israel contra o povo palestino, declarando-se como um **Espaço Livre de Apartheid**. Exigimos que as universidades brasileiras se abstenham de estabelecer convênios com o governo israelense e com universidades que cooperam ativamente com as violações dos direitos humanos dos palestinos. Além disso, solicitamos que não realizem atividades com a participação de representantes do Estado de Israel. É importante promover atividades de formação e divulgação da causa palestina, sempre que possível com a presença de representantes da comunidade palestina.

Ressaltamos a responsabilidade do governo brasileiro em condenar os crimes de guerra e violações do Direito Internacional cometidos por Israel. Instamos o Brasil a revogar qualquer forma de cooperação com Israel que contribua para a ocupação, especialmente na área militar, de tecnologia e de segurança. Além disso, solicitamos que o presidente Lula ratifique os Acordos de Cooperação Técnica com a Palestina de 2009.

Palestina Livre do Apartheid do Rio ao Mar!

MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA (MST) E CONTRA A CPI DO MST (Levante e CNB)

No dia 17 de maio, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, o MST. A absurda CPI do MST instalada este ano por setores ultraconservadores e ruralistas no congresso lembra a tentativa de instalação de uma CPI da UNE durante a época do golpe, numa verdadeira pretensão de criminalizar a ação dos movimentos sociais.

Denunciamos que a tanto a CPI do MST busca não só criminalizar o MST e a esquerda brasileira, mas também desestabilizar o governo Lula e é, sobretudo, um crime contra o povo brasileiro que sofre com a desigualdade social e as violências do latifúndio. Sabemos que todos os direitos sociais no campo conquistados até aqui foram resultado da luta organizada.

O MST atua na luta pela terra há quarenta anos, na linha de frente da produção de alimentos saudáveis para a população a partir da perspectiva da agricultura familiar e agroecológica, bem como lutando pelo direito à terra. Constitucionalmente garantido a quem nela trabalha e produz, ocupando e não invadindo apenas terras improdutivas e que não cumprem sua função social.

O MST foi responsável pela doação de 450 toneladas de alimentos nas periferias durante a Pandemia da Covid-19 por meio de ações como as

cozinhas solidárias e é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. O MST é exemplo na produção de alimentos saudáveis para superação da fome e o exemplo disso foi a última feira nacional da Reforma Agrária, onde foi comercializado cerca de 1730 itens diferentes e doadas 38 toneladas de alimentos. Além disso, o MST já plantou cerca de 10 milhões de árvores, desde 2020, entre árvores frutíferas e nativas de diversos biomas, a partir do seu Plano Nacional do Plantio de Árvores.

O Agronegócio, responsável pela grilagem de terras, desmatamentos, chuvas de agrotóxicos e trabalho análogo a escravidão, que tem financiado a bancada ruralista e promovido uma série de fake news criminalizando o MST e os movimentos sociais é o maior interessado nessa CPI. Não à toa que a CPI é presidida pelo deputado Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-RS), e tem como relator o deputado Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente de [Jair Bolsonaro \(PL\)](#) que é investigado por diversos crimes, inclusive ambientais e humanitários. Na verdade, querem minimizar os danos da CPI instaurada para investigar os atos golpistas do 8 de janeiro e usar da CPI do MST como um palanque de ataque aos movimentos populares e também contra o atual governo.

Dada a importância e responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, a União Nacional dos Estudantes expressa total apoio e disposição em contribuir com o MST nesse momento de resistência. Não permitiremos que essa luta, que também é nossa, seja criminalizada. O que devemos evidenciar é que o agronegócio promove a fome e a morte, por meio do seu projeto político, em contrapartida, o povo brasileiro terá a oportunidade de saber que a Reforma Agrária é promotora da superação da fome, da dignidade humana, da defesa dos territórios e da vida!

Com essa monção, a UNE firma um compromisso com a Reforma Agrária, política urgente e necessária para o desenvolvimento de um projeto popular e soberano para o nosso país, e contra a criminalização do MST e da luta popular. Venceremos!

MOÇÃO MARCHA DAS MARGARIDAS (Kizomba)

A Marcha das Margaridas é o maior espaço de auto-organização de mulheres na América Latina. A cada quatro anos, mulheres do campo e da cidade se juntam para lutar por soberania e pela vida das mulheres. Também reivindicamos a memória de Margarida Alves, primeira mulher a dirigir um sindicato rural no nosso país, e brutalmente assassinada na frente de sua família.

Este ano, a Marcha das Margaridas acontecerá nos dias 15 e 16 de agosto aqui em Brasília. Durante dois dias, mulheres do campo, das cidades, das águas e universidades, de movimentos diversos marcham como um gesto simbólico da força das mulheres organizadas em torno de um compromisso real e urgente do presidente da república com as reivindicações apresentadas.

Este ano, com a retomada de um governo democrático e para além do fim da violência, queremos o direito ao bem-viver. A partir de uma compreensão de que a transformação do mundo passa necessariamente pela transformação da vida de cada uma das mulheres, a Marcha das Margaridas é, assim como o CONUNE, um dos maiores espaços dos movimentos sociais que atuam, de fato, na base das demandas reais do povo brasileiro.

A UNE historicamente se soma à luta das margaridas, e esse ano não pode ser diferente. Convocamos todas as mulheres estudantes a participarem desse momento histórico! É somente através do fortalecimento da auto-organização feminista que construiremos um mundo justo para todas nós.

MOÇÃO CONTRA O MARCO TEMPORAL (Kizomba)

A luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas. Não tem como falar sobre educação ou quaisquer outros direitos, sem falar da terra, principalmente para nós, povos indígenas, que a temos como sagrada.

Os nossos parentes xokleng vivem a muito tempo com incertezas sobre seus territórios, e o Marco Temporal tem poder de decidir sobre se o território pertence ou não aos xokleng, assim como para outros 304 povos do Brasil, até mesmo daqueles que já foram demarcados.

Muitos de nós fomos forçados a sair dos nossos territórios sagrados para conseguir sobreviver, nunca foi uma opção nossa sair dos nossos territórios. Antes da constituição de 1988 existe muita luta. São mais de 500 anos para garantir o que foi retirado de nós. E para nós, a luta de um é a luta de todos!

A educação das comunidades quilombolas e indígenas na maioria das vezes é esquecida e deixada de lado, nós indígenas estamos em diversos espaços e exigimos ser tratados como humanos. A nossa cultura não é respeitada, nosso calendário não é respeitado e nossa voz não é ouvida

O movimento estudantil precisa trazer uma perspectiva mais aprofundada sobre as pautas dos povos originários. A luta pelos nossos direitos é histórica e deve tomar cada vez mais espaço nas prioridades do movimento estudantil como um todo! Por isso, a União Nacional dos Estudantes diz NÃO ao Marco Temporal!

Diante deste cenário, a precarização do trabalho aparece em nossas vidas, e às futuras gerações de trabalhadores e trabalhadoras, somados à precarização da educação, numa relação complementar, como tentativa de atenuação da crise contemporânea, da queda nas taxas de lucro dos grandes capitalistas. Sendo assim, quando falamos em precarização do trabalho, recordamo-nos quase que de maneira espontânea, da atual condição de trabalho dos entregadores e entregadoras, assim como de outras categorias do trabalho por plataforma. Por razão de uma maior necessidade dos capitalistas de se apropriarem de mais-trabalho alheio, nos deparamos com o retorno de formas arcaicas de exploração do trabalho. Com condições de trabalho que nos remetem ao século XIX, jornadas de mais de 12 horas,

inacessibilidade a estruturas básicas como banheiros e comedouros, valores insuficientes à própria subsistência, negação ao direito de benefícios e garantias laborais constitucionais.

Diante desse cenário, os/as entregadores/as de aplicativo, como parte de uma nova classe trabalhadora, acumulam um importante e histórico processo de luta auto organizado com cafés da manhã solidários e os breques dos APPS, que nós estudantes devemos nos solidarizar e apoiar amplamente. Se vitoriosa, a batalha dos/as entregadores/as por condições dignas de trabalho e remuneração, que se totaliza na luta contra a precarização, pode-se desencadear um processo importante de luta para outras categorias de trabalho, bem como contra a precarização da educação que tem hoje.

Não à toa, como um dos investidores nos itinerários “formativos” do Novo Ensino Médio, o IFood, precariza cada vez mais o trabalho em nosso país e super explora a categoria ao esconder as relações de assalariamento e negar direitos básicos à categoria para manter o seu lucro bilionário. Portanto, por tudo isso, apresentamos a seguinte moção: O 59º Congresso Nacional da UNE aprova em plenária todo o apoio e solidariedade à luta dos/as entregadores/as de aplicativo contra a precarização do trabalho e pela garantia de condições laborais e de remuneração dignas, a partir das reivindicações e autodeterminação da categoria.

COM LUTA SE CONQUISTA! VIVA A VITÓRIA DOS TRABALHADORES EM ENFERMAGEM! PELO CUMPRIMENTO IMEDIATO DO PISO SALARIAL! (PCR)

Os estudantes brasileiros, reunidos no 59 Congresso da UNE, saúdam a luta dos trabalhadores em Enfermagem e a histórica conquista do piso salarial. A vitória representa um grande avanço para a categoria e para a população brasileira que conta com trabalho destes profissionais, que atendem milhares de brasileiros cotidianamente e que, heroicamente, apesar de toda precarização, enfrentaram a pandemia da Covid-19 e salvaram incontáveis vidas.

Essa conquista reforça nossa certeza de que a luta organizada dos trabalhadores, da juventude e de todos os grupos explorados e oprimidos é o único caminho para garantir melhores condições de vida, trabalho e estudo, enfrentando os interesses daqueles que lucram com a miséria do nosso povo. A greve, as passeatas e toda pressão dos enfermeiros foram o ponto fundamental para furar a resistência de prefeitos, governadores, ministros do STF e, em especial, dos grandes empresários da saúde privada, que lucram com os baixos salários que pagam aos profissionais.

Agora, continuaremos unidos na luta pelo cumprimento imediato do piso, por todas as esferas do governo e da iniciativa privada. A UNE reforça seus laços de luta e solidariedade com o conjunto da classe trabalhadora e comemora essa grandiosa vitória da Enfermagem como uma vitória de todo povo! Em defesa do patrimônio nacional, contra a política de privatização!

OS ESTUDANTES DE TODO BRASIL REUNIDOS NO 59º CONGRESSO DA UNE REPUDIAM O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE NOSSAS EMPRESAS PÚBLICAS E RIQUEZAS NATURAIS (PCR)

Há décadas, a política de privatização vem sendo vendida como uma solução para o orçamento do Estado e para os problemas de corrupção. No entanto, o tempo prova que, na verdade, as privatizações é que aprofundam a corrupção e entregam o patrimônio público, de todo o povo, para um punhado de capitalistas.

As privatizações geram desemprego e precarização do trabalho, freiam o desenvolvimento nacional e desviam o dinheiro público para bolsos privados, como fica evidente nos inúmeros casos em que empresas públicas são vendidas por valores extremamente abaixo de seu valor de mercado e de seu potencial de lucro. A situação é tão grave que vivemos casos como a privatização de gasodutos e oleodutos que, antes propriedade da Petrobras, agora são propriedade privada e lucram com o aluguel pago pela própria Petrobras.

No serviço público, a privatização de empresas de transporte e água e saneamento deixam claro o resultado dessa política. O serviço piora, os trabalhadores passam a ganhar menos e/ou a ter menos direitos e só quem se beneficia são os capitalistas que lucram com a precarização do serviço e do trabalho, como nos casos da CBTU em Minas Gerais e da Sabesp em São Paulo).

A UNE e os estudantes exigem o fim das privatizações e a reversão das já realizadas!

Em defesa da Petrobrás e de todas as empresas públicas!

INELEGIBILIDADE NÃO BASTA! MOÇÃO PELA PRISÃO DE BOLSONARO, SUA FAMÍLIA E SUA MILÍCIA! (Militância Socialista/PT)

Recentemente iniciou-se o processo de justiça, com a condenação pela inelegibilidade realizada pelo Supremo Tribunal Federal ao condenar Jair Bolsonaro a inelegibilidade por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, após o mesmo realizar live em julho de 2022 colocando em risco a democracia no Brasil, no Palácio do Alvorado com a participação de embaixadores na qual divulgou informações falsas sobre o sistema eleitoral e tal ação foi financiada e transmitida pela estatal Empresa Brasileira de Comunicações, ou seja, empregou recursos públicos. Diversos outros processos correm contra Bolsonaro, visto que o mesmo passou ao longo dos seus quatro anos de governo cometendo sucessivos crimes, frente a presidência da república, sob a parceria de sua família e suas milícias, protegidos pelo procurador-geral, acobertados pelo seu rebanho e respaldado pelas imprensas da ocasião. Todavia nenhum dos processos é mais danoso que sua atuação criminosa frente a gestão da pandemia do COVID-19 e sua participação na trama golpista e fascista que culminou na ação violenta contra a democracia no dia 08 de janeiro! Diante disso, o 59º Congresso da União

Nacional dos Estudantes reivindica a prisão de Bolsonaro, sua família e sua milícia, e evidencia que não se trata nem de vingança nem de complacência, se trata de justiça! Tal reivindicação é o mínimo frente ao genocídio cometido pelo ex-presidente e as infundáveis tentativas de destruir a democracia brasileira construída a longas penas e instaurar uma nova ditadura militar fascista no Brasil. Assim como a falta de responsabilização aos responsáveis pelo golpe militar de 64 resultou no surgimento dessas ações fascistas e antidemocráticas, ignorar os crimes de Bolsonaro e sua impunidade resultará em novas ações fascistas no Brasil! O Movimento Estudantil brasileiro tem o dever histórico de pressionar incondicionalmente o sistema judiciário a nada menos que a prisão desses que realizaram um dos maiores crimes contra a democracia brasileira. **NENHUMA ANISTIA À GOLPISTAS E FASCISTAS!**

MOÇÃO PELA REVOGAÇÃO DA LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES NO ESTADO DO PARANÁ (Militância Socialista/PT)

No ano de 2021, aprovou-se no Estado do Paraná, a Lei Geral das Universidades (LGU), com implementação no ano de 2022 e formulada pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) na gestão do governador Ratinho Jr. (PSD). Tal ação cria parâmetros de financiamento e distribuição de recursos entre as instituições de ensino superior do estado do Paraná, culminando em impacto direto sobre 07 universidades estaduais do Paraná: universidades estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM), de Ponta Grossa (UEPG), do Oeste do Paraná (Unioeste), do CentroOeste (Unicentro), do Norte do Paraná (Uenp) e do Paraná (Unespar). Tal ação é a versão paranaense da proposta "Future-se", defendida pelo golpista Michel Temer e amplamente repudiado pelo movimento estudantil brasileiro. A Lei Geral das Universidades já foi tema de discussão na comunidade universitária em 2019, quando foi apresentado pelo governo Ratinho. Após muita pressão, greve e mobilizações de diversas entidades a proposta foi retirada e retornou-se em pauta e aprovada em 2021. A proposta vem promovendo alterações na forma de financiamento das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. A LGU fere a autonomia das instituições, não garante o repasse integral de recursos para as universidades, compromete serviços e coloca em risco os cursos de licenciatura, além de interferir nos parâmetros de qualidade e podendo diminuir o quadro de servidores frente ao não cumprimento de metas previstas na lei e resulta na perda da identidade das instituições estaduais de ensino superior do Paraná. Após aprovada diversas entidades, figuras públicas, movimentos sociais e sindicais, adentraram com pedidos de inconstitucionalidade da mesma, ainda sem tramitação conclusa. Assim sendo, o 59º Congresso Nacional dos Estudantes se posiciona quanto A REVOGAÇÃO DO LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES NO ESTADO DO PARANÁ e se solidariza as instituições, entidades, organizações, movimentos sociais, sindicais e estudantis que ainda se mobilizam contra a referida lei e cobra o sistema judiciário pela inconstitucionalidade da mesma.

MOÇÃO NÃO TEM ARREGO! PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO! (Militância Socialista/PT)

A Juventude da Militância Socialista considerando o preconizado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial os artigo 6º que trata dos direitos fundamentais; considerando a lei ordinária federal 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em especial os artigos 4º e 53º que tratam dos direito a educação; e considerando a lei ordinária federal 12.852 de 05 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude e dispõem sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE em especial os artigos 7º ao 13º, que apresenta das políticas educacionais para as juventudes; apresenta a seguinte moção ao 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes: O Novo Ensino Médio (NEM) teve a sua implantação iniciada no início de 2022 e foi instituído por Medida Provisória que resultou na lei ordinária federal 13.415 de 16 de fevereiro 2017, resultando uma série de questionamentos e mobilizações da sociedade civil, na qual resultou Primavera Secundarista, conforme a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas que no ano de 2016 resultou em milhares de ocupações a colégios e escolas públicos, na qual se posicionavam contra a Medida Provisória que instituiu o Novo Ensino Médio e outras políticas como a PEC que instituiu limites nos investimentos públicos sociais, conhecida como PEC do Teto dos Gastos. Após isso, conforme documento denominado “Análise da deliberação sobre as diretrizes curriculares complementares para o ensino médio: o empobrecimento curricular na formação das juventudes”, elaborado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), afirma que a comunidade escolar rejeitou fortemente o Novo Ensino Médio nos mecanismos de debate popular. Ainda assim, diversos estados apresentaram retirada das entidades da sociedade civil nos Conselhos Estaduais de Educação de forma unilateral, na qual foi o mecanismo onde ocorreu o debate de implantação nos estados, na qual expressa mais um mecanismo arbitrário da proposta. Com a implementação iniciada em 2022, a nova proposta resultou uma série de questionamentos e problemáticas como: questionamentos quanto ao curto período de calendário para a implementação e cobranças de infraestruturas, estruturas arquitetônicas, laboratórios, bibliotecas para implementar a propostas, que não foi adequada; questionamento quanto a ausência de capacitação aos professores e a possibilidade de contratação de professores de notório saber; questionamento quanto a padronização dos métodos pedagógicos com ferramentas, plataformas, protocolos, métodos, etc.; questionamentos quantos a implementação e adequação dos Planos Pedagógicos e os itinerários formativos e se os mesmos terão suas ofertas universalizadas; Cobranças quanto a garantia dos conteúdos oferecidos anterior a reforme frente as flexibilizações curriculares corresponderam a 1.200 horas; Questionamentos quanto a oferta de disciplinas totalmente virtuais, sem a presença de professores em sala de aula e terceirização dos mesmos; Questionamentos quanto a modalidade noturna que tiveram inúmeras turmas e turnos fechados a implementação da reforma; Questionamentos quantos as dificuldades no transporte escolar, dificuldade de permanência nos programas de primeiro emprego, estágio e programa de menores e jovens aprendizes; Questionamentos quanto a implementação nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e nas escolas com especificidades (Campo, Ilhas, Indígenas e Quilombolas, entre outras) e as

propostas de “multianos”; e cobranças das garantias da educação especial com o Novo Ensino Médio. No ano de 2023, com a eleição do governo democrático e popular de Lula, a sociedade civil retoma as pressões ao governo federal pela campanha “Revoga NEM”. Como resposta, o Ministro da Educação Camilo Santana apresentou consulta pública denominada “avaliação e reestruturação da política nacional do ensino médio” realizado pelo Ministério da Educação entre os meses de abril e junho de 2023, na qual não apresentam nitidez quanto a revogação de tal proposta. Assim o 59º Congresso Nacional dos Estudantes se posiciona quanto A REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO previsto pela lei federal ordinária 13.415 de 16 de fevereiro 2017, bem como apresenta as RECOMENDAÇÕES DE CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO A SER IMPLEMENTADO NO ANO DE 2024 com participação social ampla e CONSTRUÇÃO DE UM PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO PEDAGÓGICA aos estudantes impactados pelo atual modelo em implantação.

MOÇÃO PELA DEFESA DA DATA BASE AOS SERVIDORES PÚBLICOS (militância socialista/PT)

A database consiste na data das reposições das perdas inflacionárias aos servidores públicos das diversas áreas do setor público das esferas municipais, estaduais e nacional, na qual vem acumulando defasagem da ausência de tais reposições. O governo federal, estados e municípios acumularam superávits nos últimos períodos e ampliaram as capacidades de receitas, bem como tiveram redução em suas despesas – principalmente em decorrência das crises econômicas e sanitárias dos últimos períodos. Contraditoriamente, tais índices não resultaram nas obrigações constitucionais de reparações inflacionais aos trabalhadores públicos acarretando na sucateamento do serviço público – em especial os da educação, visto que trabalhadores mal remunerados consiste em sinônimo de piora nos serviços públicos. Ainda se vivenciou outros inúmeros problemas como a privatização do serviço público, terceirizações, quarteirizações, falta de equipamentos, problemas nas estruturas de atendimentos, falta de material para atuação dos profissionais, sobrecarga de trabalho, entre outras demandas. Tais problemas resultam na não efetivação concreta das políticas públicas em especial para a juventude brasileira e na garantia da educação pública, gratuita, de qualidade e emancipatória. A desvalorização do servidor público na ausência das reposições inflacionárias impacta diretamente na vida dos estudantes brasileiros, seja resultando na desvalorização dos trabalhadores da educação que culminam na realização de serviços da educação preconizados, bem como indiretamente, no acesso dos estudantes brasileiros em outros serviços como de saúde, assistência social, entre outros. Diante disso o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes se posiciona pela efetivação das datas bases dos servidores públicos e na reposição integral das perdas inflacionárias aos servidores públicos no último período. Cabe à União Nacional dos Estudantes incorporar tais pautas junto a sua agenda de mobilizações em conjunto aos diversos setores dos trabalhadores públicos, bem como pressionar as esferas institucionais no cumprimento de tais obrigações constitucionais.

MOÇÃO DE DEFESA DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA (militância socialista/PT)

No primeiro de semestre de 2023 o Congresso Nacional apresentou, em meio a diversos retrocessos ambientais mais uma medida contra a defesa do meio ambiente – em especial ao Bioma da Mata Atlântica, na qual aprovaram a Medida Provisória (MP) 1150, em sua pior versão desconsiderando a votação do texto no senado, ignorando a ciência e a posição de centenas de entidades da sociedade civil. A medida não só atrasa, indefinitivamente, a recuperação de todos os biomas no Brasil, como permite novos desmatamentos naquele que já é o mais degradado – a Mata Atlântica. Dados da instituição S.O.S Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), apontam na perda do equivalente a 20 mil campos de futebol de floresta no último ano, dado que pode ser até três vezes maior, se adotar uma tecnologia mais recente adotado pelo Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD). O Bioma tem importância econômica e ambiental seja na produção de mais da metade dos alimentos consumidos no Brasil e emitindo apenas 26% dos gases de efeito estufa. Assertivamente Lula veta itens da medida provisória com ataques à lei da Mata Atlântica, com assinatura realizada durante celebração no Dia Mundial do Meio Ambiente. Os vetos ainda vão retornar ao Congresso Nacional para análise. Assim, o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes, apresenta repúdio a tal medida provisória, se posiciona na defesa do Bioma da Mata Atlântica e encaminha mobilização pelas manutenções aos vetos a medida provisória que apresenta ataques à lei da Mata Atlântica.

ENTRAR E PERMANECER! POR ACESSIBILIDADE NAS UNIVERSIDADES (JR/PT)

Em 2016, mesmo com o golpe sofrido por Dilma, conquistamos a Lei 13.409, que garantiu cotas para pessoas com deficiência (PCDs) nas universidades públicas. Trata-se de uma conquista histórica para a luta dos estudantes PCDs! Contudo, após sete anos de ampliação da política de ingresso no ensino superior, somados aos ataques do Governo Bolsonaro, como a tentativa de flexibilização da lei que garante a contratação de PCDs em empregos formais, ainda enfrentamos dificuldades para permanecer nas universidades. Mesmo sendo aproximadamente 24% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não somos nem 1% dos estudantes de universidades. Nessa realidade, a UNE entende a importância de garantir não somente a entrada, mas a permanência nas universidades dos estudantes PCDs. Por isso, o 59º Congresso da UNE reafirma o compromisso com a luta pela recomposição das verbas para a Educação, melhoria infraestrutural e desburocratização do acesso às políticas de assistência nas universidades, contratação e capacitação de profissionais de educação e combate ao capacitismo nos ambientes acadêmicos.

MARCELO ARRUDA PRESENTE! (CNB)

Passamos por anos sombrios na política nacional do nosso país. A extrema direita que escalonou na sucessão do Golpe Institucional de 2016, trouxe a

radicalização do conservadorismo. A figura de Jair Bolsonaro criou um ambiente político extremamente nocivo para os movimentos sociais, de mulheres, estudantis, das minorias políticas, do povo negro, LGBTQIA+ e indígenas. É natureza do fascismo e para o bolsonarismo não foi diferente, o *modus operandi* da violência política, do militarismo e o extermínio dos diferentes à moralidade conservadora.

O ano de 2018 trouxe consigo embates intensos, com o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, a prisão política do presidente Lula. O ano em que o lavajatismo atinge seu auge, na exaltação de Sérgio Moro, um juiz parcial que se tornou “herói” das classes mais ricas e aliado do *bolsofascismo* ao retirar Lula do páreo eleitoral. O resultado das eleições do mesmo ano terminou com a vitória de Bolsonaro, com a utilização de métodos antidemocráticos, com o abuso das *Fake News* e todo um aparato financiado pelo caixa dois. Seguimos na luta em oposição ao governo genocida e todas as medidas absurdas adotadas por Bolsonaro e seus lacaios, sempre buscando a garantia de paz e segurança dos nossos.

Em 2022, com quatro anos de um mandatário de extrema-direita e construindo políticas de desmonte do Estado brasileiro e incentivo à instituição do ódio, vivenciamos grandes novos horrores. Em Foz do Iguaçu, cidade de fronteira com o Paraguai e Argentina, um Guarda Civil Municipal, sindicalizado e lutador das causas sociais, linha de frente na luta pelo plano de carreira dos policiais civis, fazia sua festa de aniversário no dia 9 de julho de 2023. Tendo o presidente Lula como tema da festa, não agradou o policial militar Jorge Guarinho, que após algumas provocações do mesmo, disparou contra Marcelo Arruda e iniciou uma troca de tiros que levou à morte de nosso companheiro. O assassinato de Marcelo chocou o Brasil e o mundo, foi escancarada a perseguição política, fruto da mentalidade fascista regada de ódio contra toda luta protagonizada pelos povos subalternizados. Marcelo Arruda se fazia presente em todas as lutas e sem distinção. Diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu, defendeu diversas pautas da juventude e dos estudantes, deixando um legado que nunca deve ser esquecido: um pai, militante de esquerda, liderança partidária e sindical e principalmente: um companheiro. Marcelo que teve sua vida tirada pela causa, não poderá ser esquecido. Seu maior desejo era a vitória contra o bolsonarismo em seu cerne.

Infelizmente, o bolsonarismo e sua máquina seguem em atividade. Querem que tenhamos ainda mais medo de ocupar os espaços de poder e construir uma reforma social baseada na luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Um ano se passou desde o ocorrido e o responsável pela morte de Marcelo Arruda ainda não foi punido, assim como o assassinato de Marielle Franco e tantos outros companheiros de luta seguem sem solução. Marcelo deixou como legado uma família amada e uma linda história de luta. Não deixemos que os nossos mortos tenham suas histórias apagadas ou esquecidas pelo ódio fascista. Os estudantes de Foz do Iguaçu lutam por justiça. Clamamos pelo fim e punição imediata de todos aqueles que atentam contra a vida de um indivíduo por sua posição política de esquerda. Sem anistia para todos aqueles que atacam diariamente a democracia em sua

forma mais bonita. Marcelo Arruda presente, hoje sempre!

MOÇÃO EM DEFESA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (LUTA)

O 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes reafirma a importância e exige o cumprimento das vinte (20) metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência.

Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” e que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE...”

Em especial exigimos a destinação de 10% do PIB para a Educação. A UNE possui em seu DNA a luta em defesa da soberania nacional e da Petrobras. O petróleo é nosso e por isso estaremos nas ruas em defesa de mais investimentos para Educação.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À LUTA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

O conjunto dos estudantes reunidos no Congresso da UNE aprovam esta moção em solidariedade aos profissionais da educação do Rio de Janeiro que nas últimas semanas protagonizaram uma forte greve reivindicando o pagamento do piso nacional do magistério. Essa forte mobilização de educadores também pautou temas como plano de carreira, a defesa das escolas contra os ataques recentes e a revogação do novo ensino médio, e colocou contra a parede o governo Cláudio Castro com mais de 40 dias de mobilização.

Ser solidário a essa greve é a expressão de que os estudantes que defendem a educação precisam, necessariamente, apoiar essa categoria. Hoje os professores do RJ recebem o pior salário do Brasil, enquanto o piso nacional é de R\$4.420,00, os professores do RJ têm um piso de R\$1588,00. Essa greve além de batalhar por uma demanda real de cumprimento de uma promessa do Governo, mostra a disposição de luta de um setor que é aliado dos estudantes na defesa da educação de qualidade.

Mesmo sofrendo pressões e perseguições judiciais, com multas ao sindicato e seus direitos, a greve organizada pelo SEPE RJ foi importante e é um exemplo de luta para nós estudantes! Toda solidariedade aos educadores em luta!

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES COTISTAS DA UFRGS, CONTRA O DESLIGAMENTO DE COTISTAS!

Desde 2016 os estudantes cotistas da UFRGS enfrentam um grave problema para garantir o seu acesso à Universidade.

A matrícula provisória foi um método emergencial encontrado pela universidade para tentar garantir o acesso dos estudantes cotistas que não tinham sua documentação avaliada em tempo hábil. Hoje a UFRGS é a única universidade federal que se utiliza disso como modelo, precarizando o acesso e inviabilizando a permanência.

Com o grande número de documentos exigidos e pouco tempo para envio desses documentos, faltam servidores técnicos com capacitação para realizar a avaliação socioeconômica, colocando assim muitos estudantes cotistas nessa situação nos últimos anos. A Universidade não apresenta nenhuma perspectiva de resolução desse problema, e ainda caminha na contramão da solução, com prazos curtos para recurso e com o desligamento podendo ocorrer a qualquer momento da graduação, inclusive já no final do curso.

A UFRGS aprovou uma série de mudanças no edital do vestibular, como o prazo de 6 meses para a avaliação total dos documentos, mas isso tem sido desrespeitado pela universidade.

No último semestre, que encerrou em abril deste ano, foram mais de 160 cotistas desligados por essa política. O conjunto dos estudantes tem essa luta como prioritária, auxiliando no envio de documentações, e principalmente pautando mobilizações como a que ocorreu em frente ao Consun, que teve a participação dos estudantes barrada pela Reitoria Interventora resultando no fim da sessão do Conselho.

Entendemos que o método de matrículas provisórias adotado pela UFRGS ataca e fragiliza a política de cotas. A Universidade que foi pioneira na implementação da Lei de Cotas, hoje se destaca pela irresponsabilidade com seus estudantes cotistas.

Os estudantes reunidos no 59º CONUNE defendem o fim das matrículas provisórias e exigem que estudantes cotistas desligados possam ter o direito de apresentar novamente sua documentação!

TRANSFORMAR AS UNIVERSIDADES, AMPLIAR O DIREITO À DIGNIDADE NA EDUCAÇÃO: COTAS TRANS, JÁ! (JUVENTUDE SEM MEDO)

O Brasil é o país onde mais são assassinadas pessoas travestis e transexuais em todo o mundo. Temos assistido uma ofensiva transfóbica em nossa sociedade. No Brasil, existem, pelo menos, 69 projetos de leis protocolizados em casas legislativas, que tratam de temas como o veto ao uso de linguagem

neutra, do veto à participação de pessoas trans em competições esportivas, etc.

Nos últimos anos, presenciamos um processo de agitação política e ideológica permanentes e tentativas de proibição das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, visando a disseminação do pânico moral-sexual. Esse cenário contribuiu relevantemente para o desenvolvimento do bolsonarismo e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

A dificuldade de ingresso e permanência educacional é um dos grandes obstáculos à cidadania trans, impedindo o acesso dessa população a outros direitos, como moradia, trabalho e renda dignos. O problema é acrescido na batalha cotidiana pela permanência.

Nesse sentido, é fundamental que a UNE construa uma campanha nacional em defesa das cotas para pessoas trans nas universidades públicas, institutos federais e CEFETs, a partir da mobilização unificada do Movimento Estudantil, em especial estudantes trans. A campanha também deve abarcar as necessidades específicas de assistência estudantil de estudantes trans e lgbqiapn+.

MOÇÃO EM DEFESA DO SUS E SUA RECONSTRUÇÃO PELAS MÃOS DOS ESTUDANTES! (UJS)

A defesa do Sistema Único de Saúde é papel constitucional dos brasileiros e está no DNA da juventude de nosso País. Nos últimos anos enfrentamos árduas batalhas para manter este sistema de saúde fortalecido em meio a tantos desmontes e para a construção de nosso futuro é preciso relembrar nossa história até aqui.

A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. A partir de então, com um Sistema de Saúde que começava a se consolidar baseado em porta aberta para a população a fim de sanar as problemática de acesso à saúde, inicia-se também uma árdua fiscalização para que as linhas da constituição servissem a todos os brasileiros.

No ano de 2008 a UNE resgatou uma antiga tradição histórica e colocou nas ruas do Brasil mais uma de suas Caravanas. A Caravana da UNE de saúde, Educação e Cultura aconteceu através de um ônibus que percorreu cerca de 32 mil quilômetros em 27 estados, passando por cerca de 41 Universidades no ano em que o SUS comemorou seus 20 anos.

A caravana levava ainda kits para testes rápidos de HIV - tecnologia que na época ainda estava sendo disseminada pelo País. Também havia pela UNE a distribuição de preservativos e material informativo a respeito das Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A caravana atingiu mais de 120 mil universitários e fazia da UNE precursora na ampliação do debate sobre a saúde no Brasil abordando temas como o

consumo de álcool e outras drogas, violência no trânsito, prevenção de Aids e doenças sexualmente transmissíveis, políticas públicas para mulheres e planejamento familiar.

O início da pandemia do coronavírus foi confirmada no Brasil no ano de 2020 e assolou a vida de milhares de brasileiros. Fomos pegos de surpresa por um vírus nunca antes conhecido que levou medo a todos nós. Não bastasse as incertezas da medicina a respeito de uma Pandemia, o Brasil era governado por um genocida que desde os primeiros dias de Covid-19 menosprezou, negligenciou e invalidou um vírus que viria matar mais de 700 mil pessoas em nosso país.

Os estudantes que precisaram abandonar suas salas de aula para se proteger e proteger as suas famílias dentro de seus lares, se viram então na tarefa missionária de dizer NÃO a mais um vírus: Bolsonaro.

Tomamos as ruas do Brasil com nossas máscaras, bandeiras, cartazes e muita disposição para ecoar nos quatro cantos do mundo que nós queríamos: “VIDA, PÃO, VACINA E EDUCAÇÃO” para salvar o país!

Com nossas missões de solidariedade pelas comunidades mais esquecidas de nossas periferias e sertões, arrecadamos alimentos e insumos e levamos esperança aos brasileiros desempregados. Sem esquecer da luta incessante pelo auxílio emergencial.

Foi assim que construímos mais um capítulo da história do nosso país, desta vez defendendo que a vacina chegasse aos braços dos homens e das mulheres. Na ausência dos profissionais, fomos nós mesmos, ainda estudantes que assumimos as salas de vacinação e lutamos pelo fim de uma Pandemia que até hoje ainda deixa suas marcas através do desemprego e da evasão escolar.

Em um ano decisivo para o Brasil, estivemos à frente de um projeto de País que tivesse a reconstrução do SUS como um de seus motes principais. Percorremos de Norte a Sul deste país com dimensões continentais, lembrando os que haviam partido durante a Pandemia de Covid-19, mas também apresentando alternativas para o desenvolvimento de nosso Sistema Único de Saúde.

Ainda em 2023 a União Nacional dos Estudantes se consolida a mais de 10 anos como entidade integrante do Conselho Nacional de Saúde, o CNS. Conselho que resiste fielmente na Defesa do SUS, exercendo o Controle Social junto aos movimentos sociais, trabalhadores, gestores e usuários deste grandioso sistema de saúde. Queremos estar junto das nossas comunidades, nos conselhos locais, municipais e estaduais de saúde!

Os estudantes brasileiros travaram diversas lutas para o ingresso no sistema superior de ensino, fazendo com que hoje pudéssemos ser a maioria de negros e mulheres nas salas de aulas. Mas pautas importantes ainda estão no cerne do debate nas Universidades brasileiras e quando chegam aos cursos

da saúde, nossas demandas se confundem com as demandas do Sistema Único de Saúde.

Formar nossos futuros profissionais desta área para que possam trabalhar no maior empregador da saúde do País, o SUS, deve ser um dos objetivos destas instituições, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias.

Um ensino voltado para as necessidades do povo brasileiro, atento às especificidades de cada território e prezando pelos princípios da Universalidade, Integralidade e equidade fará com que nosso SUS seja fortalecido através de nossos estudantes.

- Por mais investimentos no SUS, para que atinjamos pelo menos 6% do PIB em saúde nos próximos anos
- Por investimentos em educação para que a extensão seja pilar na formação dos estudantes da saúde
- Contra ao ensino 100% a distância para os cursos da saúde
- Pela valorização e expansão dos programas de Residências médica e em Saúde, padrão ouro de formação de especialistas.
- Pelo fortalecimento do Programa Mais Médicos para o Brasil, que completa 10 anos de existência, para que sua legislação seja cumprida e chegue a todos os municípios do Brasil e que possamos seguir participando da sua construção. Nenhum município mais sem assistência médica!
- Curricularização da extensão e das graduações em saúde
- Por mais investimentos em ciência e pesquisa para a consolidação estudantes dos pesquisadores do SUS no Brasil
- Em defesa do Complexo econômico industrial da saúde
- Pela ampliação das bolsas de pesquisa e extensão
- Pela criação de uma Universidade para o SUS no Brasil
- Pela consolidação dos programas de permanência estudantil das IES

Vamos reconstruir o SUS pelas mãos dos estudantes!